

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**CARLITA DEODATO BEZERRA LIMA**

**O CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM DIÁLOGO COM O  
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2012**

**CARLITA DEODATO BEZERRA LIMA**

**O CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM DIÁLOGO COM O  
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL- PETI**

Trabalho de Conclusão de Curso, natureza artigo, apresentado ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Especialista em Educação Física Escolar.

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELAINE MELO DE BRITO COSTA**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2012**



É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732c Lima, Carlita Deodato Bezerra.

O conhecimento da educação física escolar em diálogo com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI [manuscrito] / Carlita Deodato Bezerra Lima. - 2012.  
30 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2012.

"Orientação: Profa. Dra. Elaine Melo de Brito Costa, Educação Física".

1. Políticas públicas. 2. Parâmetros curriculares nacionais.  
3. Educação física escolar. 4. Dança. I. Título.

21. ed. CDD 372.86

CARLITA DEODATO BEZERRA LIMA

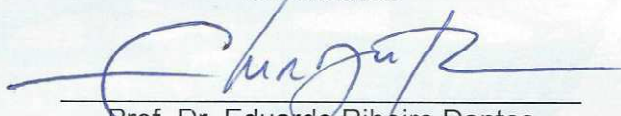
O CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM DIÁLOGO COM O  
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL- PETI

Trabalho de Conclusão de Curso, natureza artigo, apresentado ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista em Educação Física Escolar.

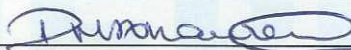
Aprovado em 13 /12 / 2012 .



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine Melo de Brito Costa / UEPB  
Orientadora



Prof. Dr. Eduardo Ribeiro Dantas  
Examinador



Prof.<sup>a</sup>. Ms. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino  
Examinadora



## RESUMO

LIMA, C.D.B. **O Conhecimento da Educação Física Escolar em Diálogo com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI**, 2012. 30f - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande- PB, 2012.

Este estudo teve como objetivo identificar e descrever eixos centrais nos documentos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que são o Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos Prioridade para Crianças e Adolescentes Integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que norteiam o desencadear do ensino de práticas corporais, de forma a estabelecer diálogos com a Educação Física escolar; bem como, estabelecer possíveis caminhos para o ensino de conteúdo dança apresentando um plano de curso baseado nos PCN'S como também na proposta curricular da Paraíba. Trata-se então de uma pesquisa documental onde os resultados foram categorizados a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2002). Identificou-se nos documentos (BRASIL, 2010) sugestões para o ensino de dança a partir de conteúdos propostos sendo executados por meio das oficinas onde não se estabeleceu um nível de escolaridade dos profissionais para a execução do ensino dessas oficinas. Espera-se que os profissionais do programa possam ter acesso aos documentos como fonte de orientação sobre o programa como possibilidade de elaboração de sugestão para o ensino a partir dos objetivos do mesmo em vista de uma contribuição na execução do conteúdo dança para que não se resuma a mera prática preocupando-se sempre com a formação do sujeito. Que a partir dessas contribuições novos estudos possam ser elaborados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Dança. Educação Física

### 1. INTRODUÇÃO

No período da minha graduação a primeira oportunidade de estágio que surgiu para dar início a minha carreira como professora de Educação Física foi junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI, 2006), onde tive o prazer de planejar e realizar as primeiras experiências de ensino com os esportes, atividades recreativas, brinquedos cantados e a dança.

A princípio ao chegar ao espaço, fui diretamente designada para ensinar dança, pois era, e talvez ainda seja comum entender que toda professora de Educação Física ou mesmo estagiária ensine dança e os homens se responsabilizem pelos esportes ou mesmo o futebol ou futsal, mas dúvidas surgiam diariamente em mim: por onde começar o ensino da dança? Afinal estava ainda no segundo ano de graduação e a disciplina dança seria estudada no decorrer deste ano. Tornou-se comum, as orientações pedagógicas do programa sempre

entendiam de maneira simples de ser desenvolvida, era só preparar as coreografias para as datas comemorativas decorrentes do ano, e assim, segui até entender por onde partir o ensino da dança.

Iniciavam-se as minhas inquietações sobre a dança, se na verdade poderia ensinar dança sem antes ter passado anos e anos em grupos de danças, o que deveria ensinar? Se as músicas estavam para as idades dos meus alunos e por fim, as coreografias representariam as letras das músicas? Assim iniciou-se o meu trabalho com dança no programa de estágio. Entendia e acreditava apenas que a dança só poderia ser feita a partir de longos anos de experiência o que não deixa de ser muito importante e de riquíssima experiência, mas que não é a única forma de se trabalhar com dança com tanta vontade de dançar.

Dentro deste tempo a única coisa que não me recordava é que a minha experiência com dança já existia quando na adolescência, pois fui dançarina de quadrilha, de pastoril, ou seja, danças folclóricas. Na escola, por falta de um professor de dança montava as minhas próprias coreografias juntamente com minhas amigas de escola e assim mesmo providenciava as apresentações em outras escolas, em Associações de Amigos de Bairro – SABS, e até mesmo em espaços religiosos.

Essa experiência não me deixaria distante do respirar dança, acreditando também que essa ligação com a dança pode ser até de origem familiar por possuir músicos na família e bastante próxima de raízes culturais consideradas importantes para nossa cultura popular brasileira como é o caso de ser neta de um músico José Gomes Filho popularmente conhecido como Jackson do Pandeiro o que me deixa ser sobrinha neta de um homem, considerado o maior ritmista da música popular brasileira, e de grande importância para nossa história cultural e musical de nosso país.

Fui então, em busca de livros que pudessem orientar os meus planejamentos, ter um norteamento para encaminhar o ensino da dança. Posso afirmar que o meu desejo seria ensinar uma dança onde os participantes pudessem aprender e apreender algo e que não se resumisse apenas as reproduções de movimentos de dança que as bandas musicais, programas de TV encarregavam-se de ensinar.

Foi quando aproveitei o ensino da disciplina Dança no curso de Licenciatura Plena em Educação Física, no segundo ano, sendo a disciplina ministrada pela



professora Elaine Melo de Brito Costa que, por sua vez, respondia meus questionamentos a respeito da dança.

Surgia então meu contato com as bibliografias sobre dança Isabel Marques (2003); Rudolf Laban (1989); entre outros que me fizeram entender que o fato de se ensinar dança vai muito além das repetições, que existem conteúdos até difíceis de ser entendidos, mas nunca impossíveis de ser ensinados.

Assim foi verdadeiramente uma desconstrução para construir, como aborda a própria Marques (2007), pois de crianças e adolescentes do PETI, já estava habituado com o ensino de uma maneira e de repente chega à dança com teorias onde os próprios participantes seriam estimulados para contribuir com a construção das coreografias, pois até então as coreografias já chegavam prontas era só repetir. Foi tudo muito novo, confuso e difícil tanto para mim quanto para eles, levando em consideração que se tratava de um público em situação de vulnerabilidade social com seus direitos violados, com dificuldades de relacionamento e o propósito do programa é justamente propiciar vínculos, então tudo para eles o que era difícil se tornou muito mais difícil.

Fomos então galgando o caminho, não se tratava apenas dos participantes entenderem essa outra maneira de ensinar dança, mas também dos gestores que prezavam pelas apresentações interna e externamente em seus devidos tempos e convites. Então as coreografias foram sendo criadas para as datas comemorativas, mas agora de maneira diferente, entendíamos o porquê e para que da dança, a busca de um prazer no dançar e uma dançar com prazer.

Foi então por meio de uma dança folclórica conhecida como Pastoril<sup>1</sup> que pude chegar ao ensino de maneira tão deseja com enfoque no apreender, estudamos as origens, entendemos o figurino, as músicas, os ritmos entre as demais oportunidades de explorar o ensino da dança. Esse grupo do Pastoril montado para apresentações natalinas foi de grande repercussão para o programa o que ficou estabelecido para todos os anos ser apresentado e assim conhecido como Pastoril do PETI.

---

<sup>1</sup> Pastoril- Trata-se de um conto, dança e encenação folclórica da cultura popular brasileira presente na região nordeste do país, representa uma manifestação natalina onde meninas ou meninos vestidos de vermelho (cordão vermelho) e outros vestidos de azul (cordão azul) disputam em danças e louvores ao contemplarem o nascimento do menino Jesus junto a manjedoura.

Ausentei-me do programa por um período de dois anos o que não me deixou distante da dança, pois foi quando iniciei a pesquisa “Dança na Escola e os Diálogos com Prática Pedagógica” juntamente com a professora Elaine Melo de Brito Costa, através do GCEM (Grupo de Pesquisa e Extensão Corpo, Educação, Movimento) que me oportunizou estudos mais aprofundados a respeito da temática como também um zelo pela prática de ensino.

As oportunidades para as experiências com a dança foram aumentando surge o Projeto de Extensão *Universidade em Dança* também coordenada pela professora, que nos encorajou no item dançar, sentir dança e contemplá-la, aprender a ser sujeito na dança uma participação prática e uma contribuição na construção da mesma. Assim todo esse percurso me instiga a um ensino da dança, leva-la, senti-la, aprecia-la e respirar a própria.

Dessa forma a atuação no programa agora como profissional de Educação Física me inquieta ainda mais no que diz respeito à necessidade de estudar os documentos entendê-lo para podermos planejar o ensino da dança, na elaboração de projetos e no mais conquistar tanto os participantes como os gestores e mostrar que a dança estar além de convites para apresentações.

Com esse intuito de trabalhar a dança neste programa, sem perder o fio condutor da formação continuada em Educação Física escolar, desafio-me a desenvolver um estudo que articule as diretrizes do PETI e o conhecimento da Educação Física escolar tendo em vista a Oficina Dança.

Ensinar dança no programa não é apenas um desafio para todos é mais um trabalho de conquista que vai desde o portão de entrada até os espaços das apresentações uma vez que na maioria das situações trata-se de indivíduos desacreditados e desiludidos de si próprios e que através da dança surge uma luz no fim túnel capaz de visualizar sujeitos na espera de realizar seus sonhos.

## **1.1 O TRABALHO INFANTIL: O PETI**

O trabalho infantil que persiste atualmente nada mais é que consequência da exploração à criança e ao adolescente presente na história do Brasil. Foi então, a partir de uma mobilização de ordem social que se conquistou um espaço na constituição de 1988 para o enfrentamento ao trabalho Infantil.

Em 13 de Julho de 1990 a Lei 8.069, determinada como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passou a ser uma forte contribuinte para uma nova visão e compreensão da criança e adolescente para atender esse público. Diante da necessidade de alguma política pública de enfrentamento a esta realidade, surge então o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI) que, por sua vez, é um programa de instância do Governo Federal em parceria com setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil como consta nas de Orientações Técnicas /Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que pertence ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O enfrentamento ao trabalho infantil ocupa lugar de destaque na agenda social do governo federal com o advento do SUAS<sup>2</sup>. Desta forma, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI passou a compor os serviços socioassistenciais<sup>3</sup> que está voltado á proteção dos direitos da criança e do adolescente, assim como, a integração dos níveis de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), ambas contribuem com os gestores no fortalecimento da gestão do PETI, na qualidade de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.

O Caderno<sup>4</sup> de Orientações Técnicas editado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome (MDS), foi elaborado com o intuito de estabelecer diretrizes e procedimentos necessários à melhoria da gestão e operacionalização do PETI, o mesmo contempla a transferência de renda, o trabalho sóciofamiliar<sup>5</sup> e a oferta de atividade socioeducativas<sup>6</sup> para os retirados do trabalho infantil (BRASIL, 2010, p.5).

---

<sup>2</sup> Sistema Único de Assistência Social

<sup>3</sup> Definição utilizada nas ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS, p. 07

<sup>4</sup> Caderno de ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS— CARDERNO- termo utilizado conforme o próprio documento menciona (pag.13), utilizaremos esse termo com intuito de distinguir os documentos em estudo para uma melhor compreensão. Utilizaremos também a sigla SCFV – Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos com referencia na lista de siglas presente neste documento (pag. 11).

<sup>5</sup> Definição utilizada - CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS, p. 06

<sup>6</sup> Definição utilizada - CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS, p. 06

Os serviços socioeducativos responsabilizam pela constituição do espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo das crianças e dos adolescentes, a participação no programa é uma das condições assim como o acompanhamento das famílias, aspecto central para segurança e proteção sendo entendido como forma de prevenção do risco e da reincidência da prática do trabalho infantil.

O PETI tem como um dos seus objetivos eliminar as piores formas de trabalho infantil onde a retirada imediata das crianças e adolescentes da condição de trabalho é um dos pontos para se combater às diversas formas de trabalho degradante ou insalubre, ao mesmo instante que a inserção na escola, como também atividades socioeducativas.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Diretoria da Rede de Proteção Social Básica da Prefeitura Municipal de Campina Grande, o Município de Campina grande possui este programa do Governo Federal, sendo desenvolvido nos seguintes polos: Bodocongó, José Pinheiro e São José da Mata, atendendo um público com idades de 6 a 15 anos de maneira a oportunizar a ampliação de conhecimento seja cultural, escolar ou até mesmo social abrangendo a condição de direito e deveres de cada um como sujeito. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas Gestão do PETI (2010, p.6) no SUAS um dos objetivos é

a participação de crianças e adolescentes retirados do trabalho precoce e inseridos nos Serviços de Convivência ou em outras atividades socioeducativas da rede de proteção dos direitos desse público é considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e o enfrentamento ao trabalho infantil.

Desta forma, dentre as atividades socioeducativas aparece o Esporte como ferramenta de ensino ligado à política de esporte e cultura que cita os seus objetivos de maneira: especificamente no que diz respeito a crianças, adolescentes e jovens, o Ministério do Esporte contempla o Programa Talento Esportivo, que tem como objetivo dar a oportunidade para a inserção, o desenvolvimento e o aprimoramento de jovens com talentos esportivos, com a finalidade de aumentar e dar qualidade à base esportiva nacional para um melhor desempenho nos esportes de competição.

O Segundo Tempo tem como objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças,

adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Assim as orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos utiliza-se desse objetivo como forma de justificar a introdução de esporte no PETI , ao mesmo instante que relaciona com a Política do Esporte.

De acordo com o Caderno Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS, na busca do enfrentamento ao combate do trabalho infantil é necessário que evidencie uma comunicação com as ações intersetoriais as quais abrangem as áreas de educação, esporte, cultura, saúde, desenvolvimento agrário, Ministério do Trabalho Emprego e Ministério Público do Trabalho tais setores representam desde o trato com o público até o ponto de investigação a respeito do trabalho infantil. Neste estudo o enfoque será a respeito do setor da educação e esporte uma vez que buscaremos proximidades com assuntos referentes a Educação Física Escolar.

Ainda conforme o Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Peti no que trata a respeito ao combate o trabalho infantil e a Política de Educação encontramos o Programa Mais Educação utilizado também como uma estratégia de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil que fomenta uma educação integral de crianças e adolescentes através de suas atividades socioeducativas no turno oposto ao escolar.

Assim o documento esclarece que o Programa Mais Educação a partir de seus interesses em contribuir para a formação integral de crianças e adolescentes que estão em vulnerabilidade social estão em coerência com o público do Peti uma vez que visa a inserção dos mesmos nos programas socioeducativos onde o Ministério da Educação mesmo esta de comum acordo para utilização deste programa Mais Educação para execução deste objetivo, devendo existir uma conformidade entre os programas com o intuito de ampliar as oportunidades de inserção.

Considerando tais referenciais surge a problemática deste estudo: Como o conhecimento da Educação Física escolar a partir do conteúdo dança pode contribuir na formação do sujeito no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) diante dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental II e Proposta curricular do Estado da Paraíba?

Os objetivos do presente estudo são: identificar e descrever eixos centrais nos documentos do PETI que norteiem o desencadear do ensino de práticas corporais junto ao Programa, de forma a buscar aproximações ou não com a Educação Física escolar; bem como, estabelecer possíveis caminhos para o ensino de conteúdo da Educação Física no PETI, como a dança e não apenas o esporte. Partiremos dos Parâmetros Curriculares Nacionais por localizar as faixas etárias atendidas no Programa inseridas nos critérios da educação infantil e fundamental.

A relevância do estudo remete-se principalmente ao trazer o conhecimento da Educação física Escolar em suas diretrizes curriculares para o diálogo com outro enfoque: o de desenvolvimento social junto ao PETI buscando o trato do conteúdo dança. Além de permitir ao monitor da oficina uma possibilidade deste trato no PETI.

## **2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

O estudo caracterizou-se como Pesquisa documental que buscou em documentos de fonte primária escrita do PETI, tendo os seguintes documentos: 1. Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 2. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 ANOS; 3. site do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

O método de análise de conteúdo subsidiou a pesquisa, tendo sido fundamentado em Bardin (2002).

- *Pré-análise*: caracterizou pela leitura flutuante de documentos do PETI denominado de Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, assim como, as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 ANOS, *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome;
- *Exploração do Material*: caracterizou-se pela exploração dos documentos com leituras mais focalizadas, identificando categorias temáticas a partir dos eixos norteadores que pudessem se aproximar da Educação Física Escolar.
- *Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação*: caracterizou-se pela análise interpretativa das categorias identificadas a partir da bibliografia

pertinente como os PCN para o ensino fundamental II e a Proposta Curricular do Estado da Paraíba, e o olhar do pesquisador.

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

#### 3.1. Quadro I – Documentos de Implementação do PETI.

Objetivo dos documentos	Orientar os gestores de implementação do PETI a partir de diretrizes, conceitos, informações na organização, coordenação, planejamento, execução e acompanhamento sistemático do Programa.
Abordagem do documento	
1- Caderno de Orientações Técnicas (Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS)	2- Orientações Técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Peti
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direitos da criança e do adolescente á violação do mesmo;</li> <li>• A exploração e as consequências na vida desses;</li> <li>• Os princípios que norteiam –</li> <li>• Inserção do PETI no SUAS ;</li> <li>• PETI e a Política de Educação, Política de Esporte e Cultura;</li> <li>• Tratam dos procedimentos organizacionais do PETI critérios e condições na forma da responsabilidade dos gestores;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidades Sociais e Violação de Direitos;</li> <li>• O Contexto do Trabalho Infantil;</li> <li>• <b>Organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</b></li> <li>• Eixos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</li> <li>• Temas;</li> <li>• Formação dos Grupos/Sugestões para o Trabalho com Grupos;</li> <li>• Planejamento Participativo;</li> <li>• <b>Sugestões para o Trabalho dos Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas;</b></li> <li>• Garantia das Seguranças Afiançadas pela PNAS<sup>7</sup> (2004)/ Resultados Esperados</li> </ul>

A partir da descrição dos documentos identificou-se que para implementação do programa é necessário que tanto os gestores municipais, os estaduais ou até mesmo o Distrito Federal se apropriem desses documentos. O primeiro que é o Caderno de Orientações Técnicas (Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS) editado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) elaborado com o intuito de estabelecer diretrizes e procedimentos necessários à melhoria da gestão e operacionalização do Programa de Erradicação

<sup>7</sup> PNAS- Política Nacional de Assistência Social.

do Trabalho Infantil - PETI, o mesmo sendo analisado e avaliado na possibilidade de melhorar no que diz respeito a qualidade do serviço prestado pelo programa.

A partir da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas informações e políticas públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e pela empresa Herkenhoff & Prates Tecnologia e Desenvolvimento em busca de avaliar a qualidade do serviço desenvolvido pelos programas do Governo Federal, obtiveram como resultados a contribuição do Peti para o combate ao trabalho infantil, assim o Departamento de Proteção Social Especial do MDS preocupou-se contratar uma consultoria para elaborar documentos relacionados á gestão e operacionalização do Peti, assim como a metodologia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes o que resultou neste segundo documento do quadro acima exposto que são as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos Prioridade para crianças e Adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil o mesmo compreende que os dois documentos exposto no quadro acima (**1e 2**) devem ser utilizados em combinação seja para a operacionalização do programa seja para á metodologia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes.

A respeito do objetivo identificamos que os dois documentos compartilham o mesmo objetivo no que diz respeito a operacionalização do programa os dois visam uma qualidade significativa no desenvolvimento do programa, tratando sobre abordagem iremos fazer um recorte apenas no segundo documento (**2 Orientações Técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Peti** ) uma vez que nos aproxima de eixos centrais da Educação Física Escolar especificamente que venha tratar o conteúdo dança.

Os recortes realizados foram: ***Organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos***, com o intuito de orientar sobre como o programa deve ser organizado, permitindo a explicação no quadro II e no quadro III ; **Sugestões para o Trabalho dos Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas** que, por sua vez, traz a respeito das atividades socioeducativas com o intuito de serem desenvolvidas para melhoria do programa. Esses recortes estão destacados na categoria a seguir.



### 3.2. Quadro II: Organização dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Formação dos Grupos	Os grupos devem ser formados com a quantidade de 20 até 26 no máximo de participantes, <ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 e 9 anos (Grupos compostos por crianças);</li> <li>• 10 e 12 anos (Grupos compostos por crianças e pré-adolescentes);</li> <li>• 13 e 15 anos (Grupos compostos por adolescentes).</li> </ul>
Abrangência	Abrangência do Serviço que é municipal como sendo organizado pelo CRAS <sup>8</sup> onde acontece o PAIF <sup>9</sup>
Espaço Físico	Núcleos unidades públicas ou privadas sem fins lucrativos
Funcionamento	Dias úteis feriados e finais de semana/ turnos manhã e tarde de até 4 horas/ no mínimo 15 horas semanais (zona urbana) e 10horas (zona rurais).
Localização	Os núcleos devem estar apropriados para a realização do SCFV.
Recursos Físicos e Materiais	Espaço para recepção; salas de atividades coletivas; salas para atividades administrativas; instalações sanitárias; refeitórios para a distribuição de alimentos obedecendo aos valores nutricionais para o desenvolvimento assim como possuir água potável para os participantes.
Recursos Humanos	Técnicos de Referência; Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas.

Percebemos no que diz respeito à Formação dos Grupos uma certa preocupação com a quantidade de participantes para que não haja uma superlotação conseqüentemente um cuidado para o programa não ser percebido com um amontoado de crianças e adolescentes em salas; Abrangência deve partir sempre da busca de um trabalho em rede com os demais programas que dizem respeito aos fatores sociais; o Espaço Físico deve estar de acordo com o que o progame possa oferecer; o Funcionamento diz respeito aos horários sempre cuidado para preencher a ociosidade dos participantes um vez que não estando ocupados estarão trabalhando; Localização cuida para o núcleo das atividades serem sempre

<sup>8</sup> CRAS- Centro de Referência de Assistência Social unidade pública estatal de base territorial localizada em áreas de vulnerabilidade social que referencia famílias que vivem nas proximidades (Orientações Técnicas SCFV. para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, p.29).

<sup>9</sup> PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

perto das residências dos participantes caso seja de difícil acesso o gestor municipal deve fornecer transporte para os mesmos.

No que diz respeito aos Recursos Físicos e Materiais identificamos a preocupação em oferecer acolhimento ao participante na busca de gerar satisfação e vontade freqüentar o serviço, assim como, percebemos a determinação em haver um espaço adequado para a realização das atividades como recreação ao ar livre, atividades de grupo, artísticas, culturais e esportivas em busca de oferecer acomodação para a quantidade de crianças e adolescentes. Quanto á prática de esporte sugere-se que haja parcerias com outras entidades que possam compartilhar as estruturas, entendendo-se que mesmo o núcleo não dispondo desse espaço as atividades não podem deixar de serem realizadas visto que são prioridades no programa.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os ambientes devem contar com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos os seus ambientes de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. O ambiente físico poderá possuir outras características de acordo com a cultura local e a faixa etária das crianças ou adolescentes que participarão das atividades no Núcleo (Orientações Técnicas SCFV. PARA CRIANÇAS DE 6 A 15 ANOS, p. 58).

No que diz respeito aos Recursos Humanos identificamos também que devem ser pessoas capacitadas e com perfil de trabalharem com o público tratado, as atividades devem ser diversificadas e atrativas; onde as equipes devem ser em número e características profissionais que possam ofertar os serviços com qualidade. A equipe deve ser composta pelos seguintes profissionais

Técnico de Referência – profissional de nível superior do CRAS ao qual o Núcleo esteja referenciado; Orientador Social – função exercida por profissional de, no mínimo, nível médio, com atuação constante junto ao(s) Grupo(s) e responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático; “Facilitadores de Oficinas – função exercida por profissional com formação mínima em nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio de esporte, lazer, arte e cultura no Núcleo (Orientações Técnicas SCFV. PARA CRIANÇAS DE 6 A 15 ANOS, pag. 62).

Destaca-se nesta citação do documento a condição do facilitador de dança, nosso foco específico, pode ser de nível médio considerando que o objetivo do mesmo é ofertar um serviço de qualidade não desconsiderando o nível de escolaridade. Na condição de graduada entendo que para o ensino da dança

devemos dispor de conhecimentos teórico-práticos que o ensino deste conteúdo não seja desconsiderado resumindo-se apenas a repetições e ensaios para apresentações. Segundo as Orientações Técnicas SCFV. Para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos Prioridade para Crianças e Adolescentes Integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, as atribuições para os profissionais que compõem este programa são as mesmas do Projovem Adolescente apresentada no Traçado Metodológico do Projovem Adolescentes.

É visível a ligação entre os programas já citados neste estudo seja o Mais Educação, Projovem Adolescente e o Peti uma vez que estão interligados seja pelos objetivos, pelas características seja até mesmo pelo mesmo público mostra quanto as políticas públicas de Assistência Social ganhou espaço na luta de combate ao trabalho infantil ao mesmo tempo que utilizam a Educação Física como ferramenta primordial na contribuição para a formação de cidadãos.

Torna-se importante trazer essas informações para se compor o entendimento no que diz respeito às oficinas. Neste caso a oficina dança não está inserida no área do Esporte e Lazer nem tão pouco na área da Arte e Cultura, o que passa a ser tratada como atividade o que difere dos PCN e da Proposta Curricular da Paraíba que abordam, no campo escolar, o esporte e a dança como conteúdos da educação física, integrando e favorecendo, em tese, a formação de cidadão. Sabendo, dos benefícios que a dança propõe não podemos desconsiderar que para o ensino da dança é preciso conhecer os conteúdos propostos a partir dos conhecimentos específicos. Muito provavelmente, o facilitador remeta-se a apenas reproduzir sua experiência anterior, assim como, outros professores de Educação Física, mesmo graduados, fazem.

Mesmo assim, compreendemos que é importante que o facilitador de oficinas mesmo com o nível médio seja orientado para a execução do programa, caso contrário tal programa torna-se vazio de significados para os participantes inseridos. Certamente que a graduação em educação física não garante uma vivência com o esporte e a dança de forma transformadora no sentido da cidadania. Porém, reconhecidamente o facilitador que detém conhecimento teórico-prático em diferentes campos que tangem sua atuação (sociologia, antropologia, filosofia, pedagogia da educação, etc.) tem, a priori, melhores condições de chegar às metas do programa.

Tratar o corpo, seja em qualquer atividade física, é coisa muito mais séria do que um somatório de passos combinados; requer um mínimo de conhecimento sobre as funções anatômico-fisiológicas do corpo humano; e a Dança Escolar, além disso, deve estar voltada para auxílio, aquisição e manutenção da saúde e aptidão social, mental, psíquica e física.  
(Ferreira, 2009, p.12)

### 3.3 Quadro III: Sugestões para o Trabalho dos Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas

Atividades Sugeridas	Objetivo	Conteúdos
<b>Trabalhando o corpo e a mente</b> 1. Jogos matemáticos 2. Jogos esportivos 3. Jogos recreativos 4. Jogos com palavras	Oportunizar momentos lúdicos que possam observar, explorar, elaborar hipóteses, compreender o mundo em que vivem e contribuir para resolver situações de conflito no seu cotidiano.	1. Jogos matemáticos 2. Jogos esportivos 3. Jogos recreativos 4. Jogos com palavras
<b>Oficina- Artes plásticas –</b> desenho, pintura e outras formas 2. Teatro/dramatização 3. <b><u>Dança – regionais, modernas, clássicas.</u></b> 4. Música – coral, instrumentos diversos. 5. Contação de histórias 6. Cantinho de leitura	Formar um ambiente socializador que propicie o desenvolvimento da identidade da criança, do adolescente e do próprio grupo, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação e descontração.	Os conteúdos são específicos de acordo com cada oficina.
<b>Trabalhando com outras formas de comunicar</b> 1. TV, vídeo, DVD, cinema e rádio. 2. Jornal 3. Computador	1/2 Fornecer aos participantes condições de decifrar e acessar, as mudanças em curso. 3. Incluir nas tecnologias da informação e da comunicação.	Desenvolver formas de comunicação sensorial (imagens e sons), emocional e racional que facilitem a interação com o público, transmissões radiofônicas, produção e publicação de textos, pesquisa;
<b>Trocando ideias</b> 1. Dinâmicas- (aprendizagem da convivência com outras pessoas; fortalecimento dos vínculos afetivos; ampliação da comunicação e interação; estímulo à autoestima; desinibição) 2. Palestras	1. Integrar, interagir, divertir, ensinar, competir, promover o conhecimento, na perspectiva do fortalecimento de vínculos, e nunca com perspectiva psicoterapêutica. 2. Aproximar do núcleo com a comunidade,	Atividade cooperativa e ativa, com ênfase nos conhecimentos prévios dos participantes, contextualizando seus conhecimentos, socializando suas experiências a partir de métodos e técnicas que estimulem a reflexão, o senso crítico e a criatividade. Exposição sobre determinado assunto do interesse dos ouvintes. direitos sociais, civis e políticos.

<b>Ampliando espaços</b> 1. Gincanas	Reunir um conjunto de estratégias, ações e posturas que; possibilitam a formação, a geração de competências e o desenvolvimento humano.	Atividades não apenas em grupos, também famílias e comunidade.
2. Atividades de campo	Explorar e compreender espaços e paisagens, de seus processos de construção; identificar relações, problemas e contradições; constituir, oportunidade de socializar adolescentes e crianças.	Inserção em ambientes diversos daqueles em que vivem - socioambientais. Adaptação ao ambiente e/ou mudá-lo agindo e sofrendo ações simultaneamente.

Fonte: Orientações Técnicas SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, p.110

Demonstra-se um reconhecimento em oferecer atividades diversificadas, com qualidade e criatividade. Sugere-se então que a organização fomente a experiência e a cultura local, a formação específica de *Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas*, como descreve o quadro III. As sugestões oferecidas pelas as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 ANOS (Brasil, 2010), são fonte para a implementação e organização do programa, mas que não devem ser únicas, demais literaturas pode contribuir com a formação dos sujeitos.

Dessa forma, o trabalho focalizará os Conteúdos do PETI aproximando da Educação Física e do conteúdo Dança, como fontes inspiradoras para pensar a Oficina Dança neste programa no documento entendida como atividade.

Algo que chamou atenção é que apenas a Oficina Dança no (Brasil, 2010) vem especificamente representando seus conteúdos, uma vez que estendemos na análise que os demais conteúdos apresentados no quadro para se trabalhar partiria das sugestões abordadas.

Conforme as atividades acima sugeridas, entende-se que na possibilidade de traçarmos um objetivo geral estaria pautado na condição de formação do desenvolvimento dos participantes ampliando o universo de conhecimento dos mesmos, em conjunto com suas famílias e comunidade.

Existe então uma preocupação com aprender brincando partindo então de uma temática tão próxima nossa que seria o *Trabalhando Corpo e Mente*, onde referencia o Jogo como fonte introdutória como fonte de compreensão do mundo. Estaria então a Educação Física Escolar tão próxima do PETI (e vice-versa) que ao mesmo instante contribui com a formação de cidadão.

Assim de acordo com Lima (2010) sobre os PCN`s (1998) do ensino fundamental, são objetivos para o ensino fundamental: compreender a cidadania como participação social e política, exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, participar de atividades corporais, estabelecendo relações construtivas com os outros, repudiar qualquer espécie de violência; reconhecendo e respeitando características corporais e de desempenho, conhecer, valorizar e desfrutar da pluralidade de manifestação corporais do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e grupos sociais; reconhecer-se como elemento integrante do ambiente e natural e social, adotando hábitos saudáveis, como à preservação do meio ambiente, à manutenção e recuperação da saúde individual e coletiva; solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos (performance, equilíbrio emocional, bem estar); reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento; conhecer a diversidade de padrões de saúde, estética e beleza corporal divulgados na sociedade, compreendendo-os de modo crítico frente à mídia e ao consumo; conhecer e intervir no espaço de forma autônoma, bem como, reivindicar espaços adequados para as atividades corporais.

Os objetivos constituem o ponto de partida para se refletir sobre qual é a formação que se pretende que os alunos obtenham, que a escola deseja proporcionar e tem possibilidades de realizar, sendo, nesse sentido, pontos de referência que devem orientar a atuação educativa em todas as áreas, ao longo da escolaridade obrigatória.(PCN, 1998, p. 49).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física , garantir acesso as práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-las e apreciá-las criticamente é uma das tarefa da Educação Física Escolar , mesmo se tratando de um programa social que pretende se distanciar da escola de modo que não se confunda como sendo uma extensão das atividades escolares trazemos a referencia da Educação Física Escolar de modo que as concepções ,princípios, objetivos, conteúdos são aspectos que estreitam o caminho entre a educação física escolar e os programas sociais neste caso o Peti.

Sabemos que a cultura corporal de movimento trata-se de uma concepção que prioriza as dimensões cognitivas, corporal, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social ao mesmo instante que afirma o direito a todos o acesso e a participação no processo de ensino aprendizagem evitando a exclusão

ou até mesmo uma alienação. Quando tratamos do princípio da inclusão sendo esse um dos eixos de fundamental importância nas ações pedagógicas de Educação Física Escolar identificamos uma perspectiva metodológica baseada na busca do desenvolvimento da autonomia, cooperação, participação social assim como afirmação de valores e princípios democráticos aspectos esses que estão interligados dentro dos objetivos do SUAS, uma vez entende que os participantes do programa social não sejam apenas inseridos nas atividades socioeducativas mas sim sujeitos ativos no processo de ensino .

Tratando sobre conteúdos temos o jogo como primeira sugestão para o trabalho com os *usuários* uma vez que vários autores na nossa área nos orienta a trabalhar com este conteúdo jogo. Podemos então citar Freire quando diz que “o aluno deve ser reconhecido de corpo inteiro”, onde nos informa que o jogo é um importante recurso pedagógico, mas aqui comentado como forma de aproximação da área da educação física escolar como fonte contribuinte para o desenvolvimento dos sujeitos.

Corpo e mente devem ser entendidos como componentes que integram um único organismo. Ambos devem ter assento na escola, não um (a mente) para aprender e o outro (o corpo) para transportar, mas ambos para se emancipar” (FREIRE, 1989, p.11).

A proposta Pedagógica da Paraíba também contempla o conteúdo mencionado o que faz entender que :

O jogo possibilita reflexão sobre o seu sentido/significado através da vivência, possibilitando aos alunos criarem e recriarem os movimentos, as regras, refletindo sobre os mesmos, relacionando-os às situações do cotidiano, aos problemas da sociedade. (Proposta Pedagógica Paraíba p.17)

No que diz respeito às oficinas Artes plástica – desenho, pintura e outras formas, 2. Teatro/dramatização, Música – coral, instrumentos diversos.; 5. Contação de histórias; 6. Cantinho de leitura, não trataremos uma que vez que são responsabilidades de outras áreas como artes, língua portuguesa não que venha

desconsiderar, assim na Educação Física Escolar o nosso foco primordial é na oficina dança onde por sua vez trata-se de um conteúdo da disciplina, neste quadro contempla então as danças regionais, modernas, clássicas. Para introduzirmos sobre dança e tratar sobre os conteúdos propostos é importante ressaltar que a dança é uma das manifestações culturais mais antigas com seus registros desde os primatas. Na escola é um conteúdo trabalhado como fonte de conhecimento e formação do cidadão como consta nos documentos PCN, sendo abordada no campo das Atividades Rítmicas Expressivas. Para OSSONA (1998), a dança é uma forma de comunicar-se e expressar-se. De acordo com Lima (2010) Garaudy percebia a dança como arte, mas também como uma forma de viver.

Neste instante o estudo localiza a dança na educação física escolar no sentido de contribuir para o PETI na execução da oficina dança.

Segundo a Proposta Pedagógica da Paraíba a “dança na escola precisa ter um tratamento focado nos movimentos expressivos e espontâneos, mas sem negar o aspecto técnico” (p.20). Sabemos então que os PCN (2008), tratam sobre cultura corporal de movimento compreendendo aspectos que dizem respeito as expressividades e ritmos, onde se constituem por meios de códigos, símbolos onde cada indivíduo se interagem com meio de sobrevivência em relação aos aspectos socioculturais que abrange os princípios e valores.

Trata a escola como este espaço de privilegio que se pode incluir as manifestações da cultura corporal de movimento, o fato de se enredar sobre a condição da dança na escola nos faz lembrar que em muitos casos a dança pode sair do contexto educacional desde que não haja uma preocupação com o fazer dança, utilizá-la para além de atividade física, mas também como um conteúdo da Educação Física de e para formação educacional, para isso cabe a nós professores a capacidade de auto-crítica de aplicá-la, buscar ações pedagógicas que auxiliem nos ensinamentos da dança assim como preocupar-se em avaliar primordialmente a finalidade e significação de seu ensinamento, sempre analisando o conhecimento produzido e como também o ministrado.



Isso quer dizer que o profissional de Educação Física, mais que saber dançar, precisa definir seu modelo de ensino no “saber fazer, saber ser e saber conviver”, e ainda, preocupar-se com a qualidade desses saberes, a liberdade e autonomia, a distribuição social do saber, o trabalho coletivo, as transformações e mudanças, a construção do conhecimento, a interação e a cooperação a disciplina e o respeito á diversidade. (FERREIRA, 2009,P.28)

### 3.4 Quadro IV - Conteúdos da Oficina Dança

Oficinas	Conteúdos
<b><i>Dança – regionais, modernas, clássicas</i></b>	<p><b>1. A diferença entre gêneros:</b> meninos e meninas têm comportamentos diferentes que podem ser facilmente notados e trabalhados por meio da dança;</p> <p><b>2. O domínio corporal e a ritmicidade:</b> o (a) dançarino(a) tem um domínio lógico espaço/temporal bastante desenvolvido. Assim, dominar ritmos pode contribuir para as ações do cotidiano, auxiliando em atividades do dia a dia;</p> <p><b>3. A diversidade cultural e os variados estilos:</b> de região para região, o estilo de dança varia bastante, pois na cultura brasileira existem várias culturas regionais que são formadas de acordo com o modo de vida de seus habitantes;</p> <p><b>4. A autoestima e o desenvolvimento de novas capacidades:</b> o aprender a dançar poderá ser uma forma de reconhecimento de novas habilidades associado a um acréscimo de autoestima de quem aprende/ ensina a dançar</p>

Fonte: Orientações Técnicas sobre SCFV para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Peti.

Podemos identificar a preocupação com a contextualização da dança dentre outras atividades sugeridas vemos a base de informação a respeito dos conteúdos da dança o que nos confirma a utilização da dança como meio educacional e não apenas de inserção de atividade como estratégia para resolução de problemas

Conforme Scarpato (2007, p.40) a dança é vista fora do contexto educacional ora como simples divertimento nos horários do intervalo, ora como elemento decorativo nas festas de comemoração onde geralmente os alunos memorizam apenas alguns passos, ou seja, apenas reproduzindo os gestos e não os elaborando como resultado de aprendizagem. Pois o que não podemos esquecer é que nosso

corpo é político, histórico e social, ou seja, possuem sua própria história, decisões e relações são com ele e por meio dele que se constituem os movimentos realizados como unidades de aprendizagem.

Priorizando a idéia de que não basta saber dançar é preciso possuir conhecimento significativo que vão desde a realidade social até mesmo o desenvolvimento motor, os aspectos afetivos e sociais, ou seja, como já mencionado a dança como fonte educacional.

Ainda em referência sobre o ensino da dança ao ser compreendida com o foco no ensino–aprendizagem seja, no ambiente escolar, seja no programa social esse conteúdo da educação física passa ser uma fonte de informação e vivências para que os alunos possam conhecer o próprio corpo, as inter-relações com a própria realidade; desenvolvimento autocrítico a partir dos conteúdos que o facilitador no caso com é tratado a nomenclatura no programa social, ou mesmo o professor possa escolher seus objetivos respectivos de acordo com os aspectos de desenvolvimento, socioculturais do seu público. Assim os grupos de conteúdos, de acordo com Scarpato (2007, p.47), são o fazer, o conhecer (inclui dimensões sociais e culturais da dança ), o interpretar e o apreciar dança.

No plano de curso a seguir, se trata de faixas etárias que compõem o ensino fundamental o que nos localiza respeito do trato com os objetivos, dessa maneira utilizaremos a princípio os seguintes grupos: O fazer dança: que consiste na busca dos aspectos históricos da dança, dimensões Sociais e Culturais da dança onde se encontra as danças populares consequentemente, as regionais e o grupo de conteúdo denominado de *fazer dança* é percebido como o momento de construção do próprio vocabulário de movimentos , ou seja a coreografia propriamente dita como a demonstração do conhecimento adquirido durante as aulas.

## PLANO DE CURSO

**OFICINA:** Dança

**TURMA:** Programa de Erradicação Do Trabalho Infantil (PETI) – Fundamental I

**EMENTA:** Planejar as danças sugeridas pelas orientações técnicas do programa que são regionais, modernas e clássicas, que oportunizam os conteúdos sugeridos como **A diferença entre gêneros; O domínio corporal e a ritmicidade; A diversidade cultural e os variados estilos; A autoestima e o desenvolvimento de novas capacidades compactuando com a cultura corporal de movimento (Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pra crianças e adolescentes de 6 a 15 anos prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Peti).**

### OBJETIVOS

- Conhecer os aspectos históricos, sociais e culturais das danças abordadas.
- Compreender a diversidade cultural e seus estilos e gêneros;
- Explorar repertórios da dança considerando a realidade na dança ou não;
- Vivenciar diferentes ritmos ampliando o universo da consciência corporal;
- Elaborar textos coreográficos a partir de contextos propostos pela forma de ensino;

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **I UNIDADE – Danças Regionais (Conhecer Dança)**

Aspectos socioculturais e históricos;

Corpo e Dança;

Música e ritmos;

Repertórios: samba de roda, frevo, xote, quadrilha, pastoril.

Elaboração dos movimentos.

## **II UNIDADE – Danças Clássicas e Modernas (Fazer Dança)**

Aspectos socioculturais e históricos;

Elementos básicos da dança – espaço (formas, trajetos, volumes, direções e orientações); Energia de movimento (relaxamento, explosão, freio); Marcações diversas (palmas, pés, dedos, voz, palavras, instrumentos e músicas)

Realizando o movimento com partes específicas do corpo( atividades posturais ; atividades naturais ou espontâneas e atividades criativas).

Repertórios: tango e dança de rua;

Elaboração e construção dos movimentos.

### **METODOLOGIA DE ENSINO**

Levantamento a respeito do conhecimento da dança, construção de quadro de conhecimento, pesquisas sobre o tema estudado, conversas e discussões, aulas teórico-práticas, atividades em grupos, exposição e discussão de vídeos.

### **AValiação**

Utilizaremos como instrumentos de avaliação segundo os PCN (2007, P.60) fichas de acompanhamento; redações a respeito das pesquisas realizadas; o análise por escrito a respeito do interesse do conteúdo ministrado; provas que tratem sobre os assuntos ministrados, sempre com o cuidado em entender que cada individuo possuem um ritmo de aprendizagem diferente. Será identificado a partir do conteúdo proposto a respeito das diferenças dos ritmos, das danças e de seus respectivos aspectos, (históricos, culturais, sociais), elaboração coreográfica, assim como, o interesse pelo conteúdo abordado assim como a criação de vínculos com o outro na vivência com a dança, ao mesmo instante que os participantes deveram serem avisados das formas de avaliação.

### **RECURSOS MATERIAIS**

Será utilizado aparelho de som, cd, pen drive, aparelho de DVD, colchonetes, fitas, arcos, papel, lápis, revistas, materiais, livros, vídeos sobre dança.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, MEC- Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física- Brasília: Mec. 1998.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome.Orientações Técnicas sobre o serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: prioridades para crianças e adolescentes integrantes do programa de erradicação do trabalho infantil – Brasília, DF:MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social,2010.131p.

Educação Física - como planejar as aulas na educação básica/Marta Scarpato (organizadora)- São Paulo:Avercamp,2007.184p.-(didática na pratica )

Ferreira, Vanja – Dança escolar:um novo ritmo para a educação física- Rio de Janeiro:2ª edição: Sprint.2009.

Governo do Estado da Paraíba- Secretaria da Educação e Cultura Coordenadoria de Educação Física e Desporto – Programa Curricular de Educação Física para Educação Básica. João Pessoa – Paraíba, 1999.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tornou-se gratificante visualizar a presença da Educação Física assim como os seus conteúdos aqui o destaque é para a dança, como parte contribuinte para o desenvolvimento do programa de combate ao trabalho infantil o que assume essa identidade e deixa de ser “entendida” como solucionadora dos problemas sociais, uma vez que ao analisar os documentos percebemos um grande avanço em identificarmos o proposição dos conteúdos da dança uma vez que as demais oficinas de atividades não observamos esse mesmo trato , ao mesmo tempo que haja uma preocupação em se ministrar as atividades propostas com qualidade e não apenas termos as atividades física como atividades compensatórias nos programas sociais.

É importante que programas desta natureza sejam frequentemente avaliados de forma a atingir suas metas e contribuir, juntamente com outras dimensões, para a formação de sujeitos, para a vivência do direito de ser criança longe da exploração do trabalho infantil. Esse estudo abre uma perspectiva de refletir sobre a execução do PETI ao apresentar uma sugestão de plano de curso tendo como base aspectos estruturantes do programa, bem como, apropriando-se do conhecimento teórico-metodológico da Educação Física. Porém, essa perspectiva não substitui a Educação Física escolar, porém elas podem dialogar, e embora cada uma tenha sua especificidade, o estudo não descarta esse diálogo entre a educação física e as políticas públicas a partir de programas como o PETI.

Os facilitadores de oficina possuem o privilégio do encontro cotidiano com as crianças, ou seja, com o seu exercício profissional distanciar a criança do mundo do trabalho infantil que explora, muitas vezes, a criança. A vivência com a dança, por exemplo, deve enfatizar e informar a criança de seus direitos e deveres na sociedade em que vive, garantindo seu acesso as experiências artístico-culturais e a vivência do lúdico.

É necessário que estes documentos apresentados nesse estudo sejam acessíveis a todos os envolvidos no programa, pois neles constam as normatizações e orientações para sua execução. Portanto, o facilitador da oficina dança, especificamente, precisa inteirar-se para não reduzir sua prática profissional a reprodução de movimentos pré-determinados da dança desprovidos de significâncias.

Espera-se que a partir deste estudo que outros possam ser desenvolvidos no sentido de contribuir para avaliação de Programas como o PETI, no sentido de apontar possibilidades de organização e possíveis orientações para a prática pedagógica em diálogo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) , a partir de outros conteúdos da Educação Física Escolar, bem como, o estudo possa incentivar pesquisas voltadas para políticas públicas de desenvolvimento social que dialogam com a Educação Física, atuação profissional e formação dos sujeitos.

## ABSTRACT

**LIMA, C.D.B. Physical Education School Knowledge associated with Labour Eradication Program childlike PETI, 2012. 30f - State University of Paraíba [UEPB]. Campina Grande-PB, 2012.**

This paper purposes to identify and describe central themes on Child Labor Eradication Program's [PETI] papers, which are technical guidelines related to its management, well as Child's single social assistance system [SUAS] and the Technical Guidelines on the acquaintanceship service, and children strengthening links for adolescents from 6 to 15 years old, prioritizing children and adolescents members from PETI [Child Labor Eradication Program], which guides body practices teaching development, in order to establish a dialogue with the Physical Education school to possible ways for teaching dance content through a course plan based on PCN'S [National Curriculum Parameters], but also in the curriculum proposal from Paraíba state. Besides, this paper is a documentary research. Its results were categorized by content analysis (Bardin, 2002). Its documents (BRAZIL, 2010) brings some suggestions for dance teaching through proposed contents related to workshops where it is not established an education level to these teaching workshops implementation. Furthermore, it is expected that the professionals' program access theses documents as a guidance source on the program, as a possibility to formulate a teaching plan, concerning similar purposes to improve dance content to avoid becoming a simple practice involved only in subject formation. From now on others studies contributions may be developed.

**Keywords:** Public Policy. Dance. Physical Education

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2002

BRASIL, MEC- Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física- Brasília: Mec. 1998.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Orientações Técnicas sobre o serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: prioridades para crianças e adolescentes integrantes do programa de erradicação do trabalho infantil – Brasília, DF:MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social,2010.131p.

\_\_\_\_\_ Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Orientações Técnicas sobre o serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos, 2001

Educação Física - Como planejar as aulas na educação básica/Marta Scarpato(organizadora)- São Paulo:Avercamp,2007.184p.-(didática na pratica).

Ferreira, Vanja – Dança escolar: um novo ritmo para a educação física- Rio de Janeiro: 2ª edição: Sprint.2009.

FREIRE, JB. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física.

Lima, Carlita Deodato Bezerra.- A dança na escola e os diálogos com a prática pedagógica [manuscrito] / Carlita Deodato Bezerra Lima. – 2010.

LIMA, Claudia; SOUSA, Lucia; BARBOSA, Maria; LAIER, Goretti. A Proposta de Erradicação do Trabalho Infantil: Um Estudo Com Educadores Sociais do PETI. Revista da FESP: periódico de diálogos científicos. [online]. 2008, n. 3, p. 00-00. Texto disponível em: <http://www.revistadafesp.com.br>. Último acesso: (01 de outubro de 2011). ISSN: 1982-0895

MARQUES - Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2007.

MEDEIROS, M. Didática e prática de ensino da educação física – para além de uma abordagem formal. Goiânia: Ed. UFG

PIRES, Giovani De Lorenzi. A Escola, a Educação Física e as Políticas Públicas: quais são os projetos para o esporte escolar? Revista metropolitana de ciências do movimento. [online] 2004,Texto disponível em: [WWW. labomidia.ufsc.br](http://WWW.labomidia.ufsc.br). ultimo acesso: (02 de outubro de 2011)